

# CORREIO BRAZILIENSE

## Fecha por inanição a Justiça de Brasília

Os recursos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal estão zerados e há uma dívida de Cr\$ 14 bilhões para fechar o ano. Os fornecedores reclamam da inadimplência, mas o Tribunal não tem fonte de arrecadação para suprir suas necessidades. Até a limpeza está deficiente, porque a firma encarregada está com os pagamentos em atraso desde setembro último.

As contas de luz, água e telefones não vêm sendo pagas e há a ameaça permanente de corte de todos os serviços públicos. Afinal, a Justiça está dando um mau exemplo, porque não tem dinheiro para funcionar. Faz mais de 15 dias que a direção do Tribunal deseja uma audiência com o ministro Paulo Haddad e o encontra sempre ocupado, sem poder atender.

Diante dessa situação, a reunião de terça-feira próxima vai ser decisiva quanto ao funcionamento da Justiça, e os caminhos indicam que serão suspensos os seus trabalhos até que possam ser reiniciados dentro de um regime de contenção, mas não de inanição. Pelo que se prevê poderá ficar um plantão de juízes para os casos urgentes como os pedidos de *habeas-corpus*, mas o Distrito Federal ficará sem Justiça até que se resolva a questão de suas verbas.

O constrangimento do Colegiado não é pequeno, por ter que enfrentar uma situação dessas, mas o que se ouve no prédio, é que as coisas estão chegando a um estágio onde não é mais possível conviver com tamanhas dificuldades, e diante disto, para não agravar ainda mais a situação, a solução será fechar a Justiça, até que seja dada uma solução correta e à altura dos destinos do seu trabalho, e de suas verdadeiras funções.

As dificuldades do povo brasileiro estão estendidas também às repartições. Faz algum tempo o Tribunal de Justiça de Brasília reclama e expõe seus problemas, mas não é atendido. Terça-feira próxima haverá talvez a última reunião do colegiado de desembargadores para determinar o fechamento da Justiça no Distrito Federal. O desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu não tem mais condições de ver funcionando a sua repartição, que respira graças ao auxílio de empresas privadas, pondo em risco a independência do Poder. Os júris de Taguatinga estão se realizando graças ao esforço da Associação Comercial e, no Plano Piloto, foi preciso até a intervenção da PM, fornecendo alimentação, para que o Tribunal do Júri tenha funcionado.

A situação é mais grave, ainda, diante da dificuldade física de funcionamento do Anexo do Palácio da Justiça. Faz alguns anos, o prédio tem carecido de reformas, principalmente na sua rede elétrica, que é um intrincado de fios capaz de provocar um incêndio a qualquer momento, com consequências imprevisíveis. É que durante todo esse tempo de funcionamento a superdimensão dos trabalhos requereu mais uso de energia, principalmente por causa dos aparelhos de ar-condicionado, fax, xerox e outros detalhes da comodidade da vida moderna. A situação é mais grave principalmente nessa época de verão, com a alta temperatura que requer tratamento ambiente.

Os salários dos funcionários estão sendo pagos, mas a Justiça dá um péssimo exemplo administrativo. Por falta de dinheiro, que é repassado das autoridades federais, as folhas vêm com a importância líquida. Em decorrência disto, a repartição não está recolhendo Imposto de Renda e INSS, numa flagrante posição contra a lei.